

# O COLEGIO PEDRO II E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO BRASIL IMPÉRIO

*THE COLEGIO PEDRO II AND THE INSTITUCIONALIZATION OF SCHOOL GEOGRAPHY IN BRAZIL EMPIRE*

## PROF. DR. GENYLTON ODILON RÊGO DA ROCHA

*Universidade Federal do Pará*

*Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação*

genylton@gmail.com

**RESUMO:** NESTE TEXTO BUSCAR-SE-Á DISCUTIR A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS BRASILEIRA, TOMANDO POR BASE OS CURRÍCULOS QUE FORAM PRESCRITOS PARA O IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II, INSTITUIÇÃO CRIADA EM 1837, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. FRISO QUE OPCI POR DISCORRER SOBRE A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR, EM UM PERÍODO QUE O CURRÍCULO PRESCRITO PARA O IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II DEVERIA PADRONIZAR NACIONALMENTE (PELO MENOS ERA ESTA A INTENÇÃO), A SELEÇÃO CULTURAL CONSIDERADA, SEGUNDO OS LEGISLADORES BRASILEIROS, DIGNA DE SER ASSIMILADA PELAS NOVAS GERAÇÕES. PORTANTO, O PERÍODO POR NÓS ESTUDADO SE ESTENDE DE 1837 - DATA DE CRIAÇÃO DO COLÉGIO - ATÉ A DÉCADA DE 80 DO SÉCULO XIX, QUANDO SE PROCLAMA A REPÚBLICA NO BRASIL. PARA QUE PUDÉSSEMOS IDENTIFICAR E ANALISAR O CURRÍCULO PRESCRITO PARA A DISCIPLINA GEOGRAFIA - E AQUI FAZEMOS UMA RESSALVA DE QUE NOSSA ANÁLISE SERÁ RESTRITA AO CURRÍCULO PRESCRITO OU EXPLÍCITO, O QUE TORNA A ANÁLISE DO CURRÍCULO QUE FOI EFETIVADO NAS SALAS DE AULA A PRINCIPAL LACUNA QUE DEIXAREMOS NESTA PESQUISA -, REALIZAMOS O LEVANTAMENTO E SELEÇÃO DE BIBLIOGRAFIAS QUE SE REPORTAM AO PERÍODO ESTUDADO, E, SOBRETUDO, DE TEXTOS ESCRITOS DE CARÁTER OFICIAL E TÉCNICO - AS LEIS QUE NORMATIZARAM O ENSINO NAQUELE COLÉGIO E OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS FIXADOS PELO LEGISLATIVO BRASILEIRO OU PELA CONGREGAÇÃO DO REFERIDO ESTABELECIMENTO DE ENSINO. ESTE MATERIAL FOI OBJETO DE UMA DESCRIÇÃO ANALÍTICA, OU SEJA, SOBRE O MESMO REALIZAMOS UM ESTUDO MAIS APROFUNDADO À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO QUE TEM NORTEADO MEUS ESTUDOS. O QUE SE SEGUE SÃO PARTES SIGNIFICATIVAS DE MEUS ACHADOS.

**PALAVRAS-CHAVE:** CURRÍCULO; HISTORIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES; GEOGRAFIA ESCOLAR; COLÉGIO PEDRO II; SÉCULO XIX.

**ABSTRACT:** THIS TEXT WILL DISCUSS THE INSTITUTIONALIZATION OF GEOGRAPHY IN THE CURRICULUM OF BRAZILIAN SCHOOLS, BASED ON CURRICULA PRESCRIBED FOR THE IMPERIAL COLLEGE OF PEDRO II, AN INSTITUTION CREATED IN 1837 IN RIO DE JANEIRO. I EMPHASIZE THE HISTORY OF THE DEVELOPMENT OF GEOGRAPHIC EDUCATION IN A PERIOD DURING WHICH THE CURRICULUM AT THE IMPERIAL COLLEGE OF PEDRO II WAS BEING PROMOTED AS A NATIONAL STANDARD BY BRAZILIAN LAWMAKERS. I EXAMINE THE PERIOD EXTENDING FROM 1837 – THE DATE OF THE SCHOOL’S FOUNDATION - UNTIL THE LATE-1880S, WHEN THE BRAZILIAN REPUBLIC WAS PROCLAIMED. IN ORDER TO IDENTIFY AND ANALYZE THE PRESCRIBED CURRICULUM FOR GEOGRAPHY – WITH THE CAVEAT THAT THE ANALYSIS WILL BE RESTRICTED TO PRESCRIBED OR EXPLICIT CURRICULUM - SURVEY AND SELECTION OF BIBLIOGRAPHIES REPORTING TO THE PERIOD STUDIED WAS CONDUCTED, WITH A CONCENTRATION ON WRITTEN TEXTS OF OFFICIAL AND TECHNICAL CHARACTER, THE LAWS THAT ESTABLISHED THE TEACHING NORMS AND THE SYLLABUS SET BY THE BRAZILIAN LEGISLATURE OR BY THE EDUCATIONAL INSTITUTION. THIS MATERIAL WAS SUBJECTED TO AN ANALYTICAL DESCRIPTION CONDUCTED IN THE LIGHT OF THE THEORETICAL FRAMEWORK THAT HAS GUIDED MY RESEARCH. THE FOLLOWING ARE SIGNIFICANT PARTS OF MY FINDINGS.

**KEYWORDS:** CURRICULUM; HISTORY OF SCHOOL SUBJECTS; SCHOOL GEOGRAPHY; COLEGIO PEDRO II; NINETEENTH CENTURY.

## A CRIAÇÃO DO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO SEU CURRÍCULO ESCOLAR

Em 1834, a primeira constituição brasileira sofria uma reforma. Sua realização era consequência direta das pressões feitas pelas Províncias, no sentido de ampliarem seus direitos e poderes. Exigiam-se do poder central medidas descentralizadoras. No campo educacional, a principal medida de impacto foi o direito adquirido por aquelas unidades políticas de legislar sobre o seu próprio sistema educacional.

Coube aos governos das províncias à responsabilidade total pelo ensino elementar e médio, surgindo em consequência os primeiros liceus provinciais, localizados nas suas respectivas capitais: O Ateneu, do Rio Grande do Norte em 1835; os Liceus da Bahia e da Paraíba, ambos em 1836.<sup>1</sup> Apenas no Município da Corte (Rio de Janeiro) ficou o poder central responsável por estes níveis de ensino. Por conta desta atribuição constitucional, em 1837 era criado na Corte, a partir da transformação do então existente Seminário de São Joaquim, o Imperial Colégio Pedro II, primeiro passo no sentido de dar certa unidade ao ensino médio, até então mantido através do sistema de aulas avulsas.

A intenção dos que foram responsáveis pela criação do colégio não foi apenas a de dotar a Corte de um estabelecimento de ensino secundário mais organizado frente à desordem que presidia as aulas régias. Mais do que isto, objetivavam eles criar uma instituição que servisse de modelo, verdadeiramente padrão de excelência do que as demais escolas públicas ou particulares existentes ou a serem criadas pudessem seguir.

O Colégio Pedro II, que recebera desde a sua fundação o “status” de escola-padrão, seria alvo da atenção especial do poder central. Criado para ser o “templo do saber oficialmente aceito”, o seu funcionamento seria em consequência, desde o início perpassado por alguns preceitos considerados fundamentais por seus fundadores. Já no discurso de inauguração, o Ministro dos Negócios do Império, Bernardo Pereira de

Vasconcelos, afirmava que seria função do novo estabelecimento

*Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar tôdas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece.*  
(apud HAIDAR, 1972, p. 99).

O ideal de ensino acabou sendo trazido do estrangeiro. Foi da França que se “transplantou” o modelo de organização escolar, bem como a forma, e não raramente os conteúdos, adotados pelas disciplinas. Se esta afirmativa é verdadeira para o primeiro regulamento, não menos seria para todos os demais que foram estabelecidos ao longo do Império. Não é à toa que Chizzotti afirma que “A história das disposições legais que tentaram construir a instrução pública no Brasil, durante o Império, não pode ser entendida sem a leitura paralela da legislação sobre o ensino francês” (1975, p. 50).

No primeiro regulamento fixado para o Colégio Pedro II, datado de 1938, foi introduzido, a exemplo dos colégios franceses, os estudos simultâneos e seriados, em substituição a mera reunião de aulas régias em um só prédio. No curso regular com duração de seis e oito anos, seriam ensinadas as línguas latina, grega, francesa e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia, a história, as ciências naturais, as matemáticas, a música vocal e o desenho.

No modelo curricular francês predominava os estudos literários mas, apesar de não serem a parte mais importante daquele currículo, nele também estavam presentes as ciências físicas e naturais, a história, as línguas modernas e a geografia. O ensino desta última nas escolas francesas, segundo Capel “[...] esteve siempre

presente con mayor o menor intensidad, aunque amenazada alguna vez por la fisiografía.” (1988, p. 113).

Não podemos esquecer que, durante muito tempo, o rótulo Geografia foi utilizado para designar diferentes estudos ou produtos destes estudos. Tinha ele uma conotação quase que enciclopédica, e servia, por isso mesmo, tanto para se referir ao objeto Terra quanto para também denominar os estudos de descrição e representação daquele mesmo objeto. Em conseqüência, saber geografia passou a significar ter domínio do maior número de conhecimentos possível sobre os territórios e seus habitantes.

Nas primeiras décadas do Século XIX, o rótulo geografia ainda não havia perdido suas antigas conotações. Palácios, em sua análise nos mostra que, neste período, o termo geografia

*[...] podía aludir a una serie de conocimientos útiles mundanos como al conjunto de las grandes obras de ‘vulgarización geográfica’: diccionarios, compendios, manuales y otros textos de divulgación masiva. Estas obras encontraban a un público ávido de repuestas sobre un mundo en expansión, pero tenían escaso valor científico; sin intención de rigurosidad en la mayoría de los casos, se confundían con otra literatura de divulgación que rayaba muchas veces con la novela, la fabula y la leyenda: se trata de la profusa bibliografía de relaciones y descripciones de viajes, surgida hacia fines del siglo XII y desarrollada sobre todo durante el siglo de las Luces. (1992, p. 64-65).*

O interesse despertado pelos conhecimentos geográficos nos séculos XVIII e XIX foi bastante expressivo a tal ponto de na sociedade européia de então, “[...] saber y enseñar ‘Geografía’ formaba parte de las ‘novedades’ del siglo, como así se llamaba a las ideas modernas o ligadas a la Razón ilustrada.” (PALÁCIOS, 1992, p. 63).

Na França, das primeiras décadas do século passado, praticava-se uma geografia bem ao estilo

do modelo de Estrabão, ou seja, a de tradição histórico-descritiva. Os avanços significativos que haviam ocorrido em consequência das reformas educativas e institucionais realizadas na época revolucionária e mesmo no período napoleônico, e que provocaram intenso desenvolvimento científico durante os três primeiros decênios do século XIX, não alcançaram os conhecimentos geográficos.

A presença da geografia no ensino ministrado pelas escolas francesas vinha, portanto, atender aos interesses deste público ávido em ampliar os conhecimentos acerca de um mundo que, em função do expansionismo imperialista europeu, começava a ser explorado (em todos os sentidos).<sup>2</sup> Nem uma evidência nos faz pensar que ao ser inserido no Brasil, quando da “transplantação” do modelo curricular francês realizada nas primeiras décadas do século XIX, o ensino desta disciplina tenha inicialmente tido aqui outra finalidade que não fosse a de fornecer informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo em franco processo de expansão. Lembremos que também o curso secundário no Brasil tinha um nítido caráter de formação geral.

Uma das características marcantes da geografia escolar que aqui foi introduzida a partir do primeiro regulamento adotado para o Colégio Pedro II, diz respeito à tradição metodológica adotada por seus professores. Preconizava-se que se deveria começar os estudos a partir do mais distante até atingir o mais próximo (geralmente os conteúdos programáticos desta disciplina, organizados de forma enciclopédica, iam desde a descrição da esfera celeste, passando em seguida pela descrição das características naturais e humanas dos diferentes continentes, para somente no fim alcançar a descrição do Brasil) e não raramente, por conta do volume de informações a serem transmitidas nas poucas horas semanais destinadas a esta disciplina, os programas não conseguiam ser cumpridos integralmente.

Analisemos, então, a trajetória da geografia no currículo escolar do Colégio Pedro II

no período do Império brasileiro.

### **AS REFORMAS SOFRIDAS PELO ESTATUTO DO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II DURANTE O IMPÉRIO E O LUGAR DA GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR OFICIAL**

Para que possamos melhor acompanhar as transformações que a geografia escolar brasileira sofreu no período imperial, pretendemos utilizar como ponto de apoio as próprias reformas sofridas pelos estatutos do Imperial Colégio de Pedro II, já que no mesmo era explicitado o desenho curricular vigente, bem como lá estavam apontados os programas e compêndios prescritos oficialmente.

Por ter assimilado, desde seu primeiro regulamento datado de 31 de janeiro de 1838, o modelo curricular francês, o Colégio Pedro II adotou os estudos simultâneos e seriados, fato que já o diferenciava dos primeiros Liceus Provinciais que apenas haviam posto sob um mesmo teto as aulas avulsas, típicas do ensino escolar pós-reforma pombalina. O currículo destinado a oferecer uma formação geral, era caracteristicamente clássico-humanístico e enciclopédico, nele, ressaltamos, não se marginalizou os conhecimentos científicos, que mesmo não sendo o seu cerne, tiveram seus espaços garantidos.<sup>3</sup>

No desenho curricular, a geografia e a história apareciam como disciplinas autônomas, apesar de que eram ministradas pelo mesmo professor, o bacharel em Direito Justiniano José da Rocha. Presente nos quatro primeiros anos, a geografia era trabalhada tendo como base os resumos escritos pelo seu primeiro professor, cujo título era “Compêndio de geografia elementar”. Dois fatos nos parecem relevante acrescentar: o primeiro diz respeito à recomendação de Bernardo de Vasconcelos de que fosse utilizado nas aulas os manuais franceses de autoria de Poisson e Cayz e os de Renoir e Dumont (obras que seriam mais tarde traduzidas por Justiniano); o segundo nos permite perceber o pouco caso do Instituto Histórico e Geográfico, considerado o principal bastião da construção do Estado-nação brasileiro,

com o ensino destas duas disciplinas, pois como denuncia Segismundo:

*Nomeado em abril de 1838 para a cátedra de História, Justiniano [...] pouco depois, se dirigia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado nesse ano, pleiteando a elaboração, pelo cenáculo, de um livro escolar destinado ao ensino da matéria. Não foi atendido aí nem mais tarde, ao insistir no rogo. (1993, p. 12)*

A Primeira reforma sofrida no estatuto viria à luz através do Decreto nº 62 de 1º de fevereiro de 1841. O curso passou a ter duração de sete anos, bem como sofreu uma redistribuição das disciplinas pelas diferentes séries afim de melhor atender o desenvolvimento intelectual dos alunos. Adaptando-se mais ainda ao modelo francês, foi acentuada a predominância dos estudos literários. O enciclopedismo foi exacerbado, alcançando no sétimo ano o número absurdo de 14 disciplinas. A geografia passava a ser ensinada em seis séries (a partir do segundo ano) e passava a denominar-se Geografia Descritiva (*ver quadro 1*).

Novo regulamento entrava em vigor através do Decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854. A Reforma realizada por Luiz Pereira do Couto Ferraz era decorrente do projeto proposto, em 1851, por ele próprio e por Justiniano José da Rocha (o mesmo que exercia anos antes, a docência de geografia e história no Colégio Pedro II). A mesma se baseou na Lei Falloux, que anos antes começara a vigorar na França.

*A reforma de 1854 estabeleceu algumas disposições no sentido de exigir melhor capacitação dos professores, retribuição condigna, de organizar o recrutamento de professores, de estabelecer uma inspeção escolar eficiente e de criar um Conselho Diretor. Estas disposições foram objeto da lei Guizot e principalmente da lei Falloux que reorganizaram o ensino primário na França. É na legislação estabelecida por Falloux que Couto Ferraz se inspira para sua reforma*

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES	ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	GRAMÁTICA GERAL E GRAMÁTICA NACIONAL (5 LIÇÕES SEMANAIS); LATIM (5 LIÇÕES SEMANAIS); FRANCÊS (3 LIÇÕES SEMANAIS); INGLÊS (5 LIÇÕES SEMANAIS); <b>GEOGRAFIA DESCRITIVA (3 LIÇÕES SEMANAIS);</b> DESENHO CALIGRÁFICO (2 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO FIGURADO (3 LIÇÕES SEMANAIS); MÚSICA VOCAL (4 LIÇÕES SEMANAIS)	6º ANO	HISTÓRIA (3 LIÇÕES SEMANAIS); ARITMÉTICA E ÁLGEBRA (5 LIÇÕES SEMANAIS); ZOOLOGIA E BOTÂNICA (3 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO FIGURADO (1 LIÇÃO SEMANAL); MÚSICA VOCAL (1 LIÇÃO SEMANAL); TOTAL: 25 LIÇÕES SEMANAIS  GREGO (3 LIÇÕES SEMANAIS); LATIM (3 LIÇÕES SEMANAIS); ALEMÃO (1 LIÇÃO SEMANAL); INGLÊS (1 LIÇÃO SEMANAL); FRANCÊS (1 LIÇÃO SEMANAL); <b>GEOGRAFIA DESCRITIVA (1 LIÇÃO SEMANAL);</b> HISTÓRIA (2 LIÇÕES SEMANAIS); RETÓRICA E POÉTICA (5 LIÇÕES SEMANAIS); FILOSOFIA (5 LIÇÕES SEMANAIS); GEOMETRIA, TRIGONOMETRIA RETILÍNEA (3 LIÇÕES SEMANAIS); FÍSICA E QUÍMICA (3 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO FIGURADO (1 LIÇÃO SEMANAL); MÚSICA VOCAL (1 LIÇÃO SEMANAL); TOTAL: 25 LIÇÕES SEMANAIS
2º ANO	LATIM (5 LIÇÕES SEMANAIS); FRANCÊS (5 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO CALIGRÁFICO (3 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO LINEAR (3 LIÇÕES SEMANAIS); MÚSICA VOCAL (4 LIÇÕES SEMANAIS)	7º ANO	GREGO (3 LIÇÕES SEMANAIS); LATIM (3 LIÇÕES SEMANAIS); ALEMÃO (1 LIÇÃO SEMANAL); INGLÊS (1 LIÇÃO SEMANAL); FRANCÊS (1 LIÇÃO SEMANAL); <b>GEOGRAFIA DESCRITIVA (1 LIÇÃO SEMANAL);</b> HISTÓRIA (2 LIÇÕES SEMANAIS); RETÓRICA E POÉTICA (5 LIÇÕES SEMANAIS); FILOSOFIA (5 LIÇÕES SEMANAIS); <b>GEOGRAFIA, MATEMÁTICA E CRONOLOGIA (2 LIÇÕES SEMANAIS);</b> MINERALOGIA E GEOLOGIA (2 LIÇÕES SEMANAIS); ZOOLOGIA FILOSÓFICA (1 LIÇÃO SEMANAL); DESENHO FIGURADO (1 LIÇÃO SEMANAL); MÚSICA VOCAL (1 LIÇÃO SEMANAL); TOTAL: 29 LIÇÕES SEMANAIS
3º ANO	LATIM (6 LIÇÕES SEMANAIS); FRANCÊS (2 LIÇÕES SEMANAIS); INGLÊS (2 LIÇÕES SEMANAIS); ALEMÃO (3 LIÇÕES SEMANAIS); GREGO (5 LIÇÕES SEMANAIS); <b>GEOGRAFIA DESCRITIVA (1 LIÇÃO SEMANAL);</b> HISTÓRIA (4 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO FIGURADO (1 LIÇÃO SEMANAL); MÚSICA VOCAL (1 LIÇÃO SEMANAL)		
4º ANO	LATIM (6 LIÇÕES SEMANAIS); FRANCÊS (2 LIÇÕES SEMANAIS); INGLÊS (2 LIÇÕES SEMANAIS); ALEMÃO (3 LIÇÕES SEMANAIS); GREGO (5 LIÇÕES SEMANAIS); <b>GEOGRAFIA DESCRITIVA (1 LIÇÃO SEMANAL);</b> HISTÓRIA (4 LIÇÕES SEMANAIS); DESENHO FIGURADO (1 LIÇÃO SEMANAL); MUSICA VOCAL (1 LIÇÃO SEMANAL); TOTAL: 25 LIÇÕES SEMANAIS		
5º ANO	GREGO (4 LIÇÕES SEMANAIS); LATIM (3 LIÇÕES SEMANAIS); ALEMÃO (2 LIÇÕES SEMANAIS); INGLÊS (1 LIÇÃO SEMANAL); FRANCÊS (1 LIÇÃO SEMANAL); <b>GEOGRAFIA DESCRITIVA (1 LIÇÃO SEMANAL);</b>		

*no ensino da Côte, pondo-se ao lado dos países europeus quanto à organização e regulamento. (CHIZZOTTI, 1975, p. 65)*

Dentre outras modificações estabelecidas pelo novo regulamento, estão: o deslocamento dos estudos científicos para os primeiros anos; mais projeção para a gramática nacional; desdobramento dos estudos históricos e geográficos que passaram a contar, além dos ensinamentos acerca da história e da geografia moderna, com conteúdos mais explícitos sobre a corografia brasileira e história do Brasil.

Como consequência da legislação de 1854, seria baixado em 24 de janeiro de 1856 um novo decreto, com a finalidade de fixar programas e indicar os compêndios a serem adotados nos dois cursos em que naquele momento estavam divididos os estudos no Colégio Pedro II (estudos de primeira classe e estudos de segunda classe). A influência francesa alcançava o extremo. Euzébio de Queiroz chegou mesmo a afirmar que os programas adotados haviam sido adaptados dos últimos programas prescritos para os liceus nacionais da França, tendo sido realizadas apenas as necessárias modificações e alterações.

No que diz respeito aos compêndios, esclarece Haidar:

*Na falta de obras nacionais, adotaram-se para o estudo das ciências físicas e naturais, da história e geografia e da filosofia, compêndios franceses. Os programas extensíssimos e pretensiosos reproduziam, praticamente na íntegra, o plano dos livros adotados. Assim, por exemplo, no 4º ano do curso especial, ao lado do curso de história e geografia do Brasil baseado na História do Brasil de Abreu Lima e no Compêndio de Geografia de Pompeo, deveriam os alunos cumprir a segunda parte de um vastíssimo programa de História Moderna, utilizando o Manuel du Baccalaureat e o Atlas de Delamarche adotados nos Liceus de Paris. (1972, p. 116-117)*

Quanto aos manuais franceses indicados para serem adotados nas aulas de geografia, podemos dizer que na França os mesmos já eram objeto de questionamento quanto à sua qualidade. Aliás, não apenas os livros adotados, mas sim, todo o ensino de geografia, como podemos verificar na análise feita por Broc:

*On a bien souvent évoqué la faiblesse, pour ne pas dire la nullité, de l'enseignement géographique en France dans la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle. Rappelons simplement quelques faits significatifs: en 1822, le jeune Ferdinand de Lesseps faillit échouer au baccalauréat pour ne pas avoir su dire à M. Barbié du Bocage, professeur à la Sorbonne, ce qu'étaient les points cardinaux. Quelques années plus tard, sous la monarchie de Juillet, on posait à des élèves de sixième le sujet suivant: 'La géographie et l'histoire posait à colonies grecques en Asie Mineure depuis l'émigration des Éoliens jusqu'à la révolte d'Ionie' A la même époque, l'inspecteur général Letronne, que régissait l'enseignement géographique en France, déclarait: 'On n'enseigne pas la géographie; on enseigne seulement la manière de l'apprendre. Composée uniquement de fait ou isolés les uns des autres, ou qui moins, ne sont pas liés entre eux par un enchaînement qui existe dans d'autres sciences, la géographie est en grande partie le domaine exclusif de la mémoire: elle s'apprend par la lecture de l'histoire et des voyages'. Avec de tels préceptes on comprend que les professeurs d'histoire des lycées n'aient guère été encouragés à sortir des voies sûres de la géographie historique; formés exclusivement à la pratique des belles lettres et de l'histoire ancienne, ces maitres ne pouvaient enseigner avec fruit ce à quoi leurs propres études ne les avaient point préparés. (BROC, 1974, p. 546)*

Uma nova organização curricular para o Imperial Colégio de Pedro II foi apresentada,

quando da entrada em vigor do Regulamento de 17 de fevereiro de 1855 (ver quadro 2). Este regulamento havia sido previsto no Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovava a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte, cujo artigo 78 estabelecia que “As materias de cada anno, sua distribuição

por aulas, o systema das lições, o methodo dos exames, o regimen interno do estabelecimento e a distribuição de premios até o numero de tres no fim de cada anno lectivo do curso, farão objecto de hum Regulamento especial que será organizado pelo Conselho Director, e sujeito á aprovação do Governo.”

Quadro 2

*Curriculo do Colégio Pedro II - Regulamento de 17 de Fevereiro de 1855*

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES	ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
<i>ESTUDOS DE PRIMEIRA CLASSE</i>			
<b>1º ANO</b>	LEITURA E RECITAÇÃO DO PORTUGUÊS; EXERCÍCIOS ORTOGRÁFICOS; GRAMÁTICA NACIONAL; GRAMÁTICA LATINA; FRANCÊS; COMPREENDENDO SIMPLEMENTE LEITURA, GRAMÁTICA E VERSÃO FÁCIL		CIÊNCIAS NATURAIS: 1ª CADEIRA: REPETIÇÃO DE MINERALOGIA E GEOLOGIA; 2ª CADEIRA: REPETIÇÃO DE FÍSICA E QUÍMICA; <b>CONTINUAÇÃO DA GEOGRAFIA E DA HISTÓRIA MODERNA; COROGRAFIA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL</b>
<b>2º ANO</b>	LATIM: VERSÃO FÁCIL E CONSTRUÇÃO DE PERÍODOS CURTOS COM O FIM ESPECIAL DE APLICAR E RECORDAR AS REGRAS GRAMATICAIAS; FRANCÊS; VERSÃO, TEMAS E CONVERSA; INGLÊS; LEITURA, GRAMÁTICA, VERSÃO FÁCIL; CONTINUAÇÃO DA ARITMÉTICA E ÁLGEBRA ATÉ EQUAÇÕES DO 2º GRAU; CIÊNCIAS NATURAIS: 1ª CADEIRA: ZOOLOGIA E BOTÂNICA; 2ª CADEIRA: FÍSICA	<i>ESTUDOS DE SEGUNDA CLASSE</i>	
		<b>5º ANO</b>	LATIM: VERSÃO PARA A LÍNGUA NACIONAL DE CLÁSSICOS MAIS DIFÍCEIS, E TEMAS; ALEMÃO: LEITURA, GRAMÁTICA, VERSÃO FÁCIL; GREGO: LEITURA GRAMATICAL, VERSÃO FÁCIL; FILOSOFIA RACIONAL E MORAL; <b>GEOGRAFIA E HISTÓRIA ANTIGA</b>
<b>3º ANO</b>	LATIM: VERSÃO GRADUALMENTE MAIS DIFÍCIL, EXERCÍCIOS GRAMATICAIAS, E TEMAS; INGLÊS: VERSÃO MAIS DIFÍCIL, E TEMAS; FRANCÊS: APERFEIÇOAMENTO DO ESTUDO DA LÍNGUA; CIÊNCIAS NATURAIS: 1ª CADEIRA: MINERALOGIA E GEOLOGIA; 2ª CADEIRA: QUÍMICA; <b>EXPLICAÇÃO DOS TERMOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA O ESTUDO DA GEOGRAFIA; GEOGRAFIA E HISTÓRIA MODERNA</b>	<b>6º ANO</b>	LATIM: CONTINUAÇÃO DAS MATÉRIAS DO ANO ANTERIOR; FILOSOFIA: SISTEMAS COMPARADOS; ALEMÃO: VERSÃO MAIS DIFÍCIL, TEMAS FÁCEIS; GREGO: VERSÃO MAIS DIFÍCIL, TEMAS FÁCEIS; RETÓRICA: REGRAS DA ELOQUÊNCIA E DE COMPOSIÇÃO; <b>GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA</b>
<b>4º ANO</b>	LATIM; VERSÃO E TEMAS; INGLÊS: APERFEIÇOAMENTO NO ESTUDO DA LÍNGUA E CONVERSA; TRIGONOMETRIA RETILÍNEA;	<b>7º ANO</b>	ALEMÃO: APERFEIÇOAMENTO; GREGO: APERFEIÇOAMENTO; ELOQUÊNCIA PRÁTICA: COMPOSIÇÃO DE DISCURSOS E DE NARRAÇÕES EM PORTUGUÊS, E QUADROS DA LITERATURA NACIONAL; HISTÓRIA DA FILOSOFIA; LATIM: COMPOSIÇÃO DE DISCURSOS E DE NARRAÇÕES; ITALIANO

Em ambos os documentos, o controle rígido do governo no que diz respeito ao que era ensinado no Imperial Colégio de Pedro II foi mantido. Conteúdos, metodologias, exames, passavam antes pelo crivo estatal, fosse pelas mãos do Inspetor de Ensino, fosse pelas do próprio Ministro dos Negócios do Império. Em relação aos livros permanecia também o mesmo rigor na sua adoção. Somente aqueles que recebessem a competente autorização governamental poderiam ser admitidos nas salas de aulas. Por outro lado, a ausência de compêndios na língua nacional obrigou o governo a estabelecer um prêmio para professores ou não que compusessem obras

didáticas ou mesmo traduzissem as publicadas em língua estrangeira.

Em 1857 entrava em vigor o decreto nº 2006 de 24 de outubro (ver quadro 3). A grande alteração, no que diz respeito ao ensino de geografia, foi a separação da cadeira de corografia e história do Brasil da de história e geografia moderna. Segundo Haidar (1972), foi criada também uma cadeira de geografia geral que passou a trabalhar com conteúdos antes distribuídos pelas cadeiras de história antiga, média e moderna.

Em 1862, nova reforma é efetuada através do Decreto nº 2883, de 1º de fevereiro (ver

Quadro 3

*Curriculo do Colégio Pedro II - Decreto 2006 de 24 de Outubro de 1857*

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	DOCTRINA CRISTÃ; HISTÓRIA SAGRADA; LEITURA E RECITAÇÃO DO PORTUGUÊS, EXERCÍCIOS ORTOGRÁFICOS, GRAMÁTICA NACIONAL; GRAMÁTICA LATINA; FRANCÊS, COMPREENDENDO SIMPLEMENTE GRAMÁTICA, LEITURA E VERSÃO FÁCIL; ARITMÉTICA ABRANGENDO TÃO SOMENTE OS PRINCÍPIOS ELEMENTARES, DEFINIÇÕES E AS QUATRO OPERAÇÕES SOBRE NÚMEROS INTEIROS; <b>GEOGRAFIA, COMPREENDENDO UNICAMENTE A EXPLICAÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS TÉCNICOS E AS DIVISÕES GERAIS DO GLOBO.</b>
2º ANO	LATIM, VERSÃO FÁCIL E CONSTRUÇÃO DE PERÍODOS CURTOS, COM O FIM DE APLICAR E RECORDAR AS REGRAS GRAMATICAIIS; FRANCÊS, VERSÃO, TEMAS E CONVERSA; INGLÊS, COMPREENDENDO SIMPLEMENTE GRAMÁTICA, LEITURA E VERSÃO FÁCIL; ARITMÉTICA, CONTINUAÇÃO ATÉ PROPORÇÕES; <b>GEOGRAFIA, CONTINUAÇÃO (ÁSIA E ÁFRICA)</b>
3º ANO	LATIM, VERSÃO GRADUALMENTE MAIS DIFÍCIL, EXERCÍCIOS GRAMATICAIIS E TEMAS; FRANCÊS, COMPOSIÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DO ESTUDO DA LÍNGUA; INGLÊS, VERSÃO MAIS DIFÍCIL, TEMAS; ARITMÉTICA, CONTINUAÇÃO ATÉ O FIM; ÁLGEBRA, ATÉ EQUAÇÕES DO 2º GRAU; <b>GEOGRAFIA, CONTINUAÇÃO (EUROPA, AMÉRICA, OCEANIA); HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA</b>
4º ANO	LATIM, VERSÃO, TEMAS; INGLÊS, VERSÃO, TEMAS; GEOMETRIA ELEMENTAR; HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA; <b>COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL</b> ; BOTÂNICA E ZOOLOGIA.
5º ANO ESPECIAL	TRIGONOMETRIA RETILÍNEA, FÍSICA E QUÍMICA, MINERALOGIA E REPETIÇÃO DE BOTÂNICA, <b>CONTINUAÇÃO E REPETIÇÃO DE COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL</b>
<i>SEGUNDA CLASSE</i>	
6º ANO	LATIM, CONTINUAÇÃO DAS MATÉRIAS DO ANO ANTERIOR; GREGO, TEMAS FÁCEIS; ALEMÃO, TEMAS FÁCEIS, CONVERSA; ITALIANO; FILOSOFIA, COMPREENDENDO A LÓGICA E A METAFÍSICA; RETÓRICA, REGRAS DA ELOQUÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO; HISTÓRIA ANTIGA; QUÍMICA E REPETIÇÃO DE FÍSICA
7º ANO	LATIM, COMPOSIÇÃO, APERFEIÇOAMENTO DO ESTUDO DA LÍNGUA; GREGO, VERSÃO MAIS DIFÍCIL, TEMAS; ALEMÃO, VERSÃO, TEMAS, CONVERSA; FILOSOFIA MORAL E HISTÓRIA RESUMIDA DOS SISTEMAS COMPARADOS DE FILOSOFIA; RETÓRICA E POÉTICA, ANÁLISE E CRÍTICA DOS CLÁSSICOS PORTUGUESES, COMPOSIÇÃO DE DISCURSOS, NARRAÇÕES.

quadro 4). Veio para modificar a medida adotada pelo Ministro Couto Ferraz que bifurcou o curso secundário, no Imperial Colégio de Pedro II. Neste sentido, extinguiu o 5º ano especial e reorganizou as matérias em um curso único. A reforma reduziu os estudos de Física, Química e Ciências Naturais, enquanto que o Latim, o Português, o Francês e o Grego tiveram o número de aulas ampliadas. A História também sofreu modificações sendo desdobrados os seus conteúdos ao longo de cinco anos. Alemão, Italiano, Desenho, Música, Dança e Ginástica foram tornadas facultativas.

A década de 70 do século XIX foi marcada, no campo educacional, pela discussão em torno do ensino científico. Nossas elites buscando “elevar o país ao nível do século” passaram a defender uma educação secundária assentada no ensino científico. A importância que estes estudos adquiriram estava relacionada ao desejo de formar integralmente o cidadão, em oposição às velhas finalidades da nossa escola secundária que nada mais era do que preparar para o ingresso no ensino superior. A escola secundária, defendiam eles, deveria agora dar a preparação básica para as necessidades complexas e variadas da vida social.

Estas preocupações, diga-se de

passagem, não tiveram origem no Brasil. Elas emergiram a partir de uma discussão que se dava na Europa em torno dos chamados “estudos reais” e que provocara a defesa do ensino secundário diversificado em suas finalidades, para atender os defensores dos estudos científicos e dos estudos humanísticos. Em consequência desses embates, surgiram na Alemanha as Realschule, cujo caráter era o de ministrar um ensino desinteressado, enquanto que na França foram criados os Liceus de Ensino Secundário Especial, marcado pela ambiguidade entre a tarefa de ministrar um ensino clássico ao mesmo tempo em que preparava para as carreiras e profissões determinadas, adquirindo aí o seu caráter especial. A nova legislação educacional brasileira sofreria a influência dessas discussões.

Através do Decreto nº 4468 editado em 1870 (ver quadro 5), entrava em vigor uma nova reforma do ensino que atingia os estudos ministrados no Colégio Pedro II. Acreditamos valer a pena reproduzir um trecho da justificativa apresentada pelo Ministro Paulino de Souza quando da apresentação da nova lei:

*A instrução secundária é dos três [ramos da instrução pública] o que mais influi na*

Quadro 4

*Currículo do Colégio Pedro II - Decreto nº 2883 de 1º de Fevereiro de 1862*

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	PORTUGUÊS, LATIM, FRANCÊS, ARITMÉTICA, <b>GEOGRAFIA</b> , HISTÓRIA ANTIGA
2º ANO	LATIM, FRANCÊS, ARITMÉTICA, <b>GEOGRAFIA</b> , HISTÓRIA ANTIGA
3º ANO	LATIM, FRANCÊS, INGLÊS, ARITMÉTICA E ÁLGEBRA, <b>GEOGRAFIA</b> , HISTÓRIA ANTIGA
4º ANO	LATIM, FRANCÊS, INGLÊS, GEOMETRIA PLANA, HISTÓRIA MÉDIA, <b>GEOGRAFIA E COSMOGRAFIA</b>
5º ANO	LATIM, GREGO, INGLÊS, GEOMETRIA SÓLIDA E TRIGONOMETRIA RETILÍNEA, HISTÓRIA MÉDIA, FÍSICA E QUÍMICA
6º ANO	LATIM, GREGO, LÓGICA E METAFÍSICA, GRAMÁTICA FILOSÓFICA, RETÓRICA, HISTÓRIA MODERNA
7º ANO	LATIM, GREGO, ÉTICA E HISTÓRIA DA FILOSOFIA, POÉTICA, LITERATURA NACIONAL, ZOOLOGIA E BOTÂNICA, MINERALOGIA E GEOLOGIA, <b>COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL</b>

*educação, formando a inteligência e em grande parte o caráter dos que a recebem. Nela não enxergo tamanho alcance pelos conhecimentos que adquire o aluno, como pelo desenvolvimento intelectual e qualidades de espírito que obtém por meio do estudo das matérias que o constituem [...]. Não importa tanto que nas línguas estrangeiras o aluno*

*obtenha um vocabulário mais ou menos completo, que nas ciências fique com mais ou menos algumas noções, como que consiga o resultado de exercitar, adestrar e alargar o espírito, dispondo-o pela aquisição dos dotes necessários para estudos de aplicação e interesse prático. Eis porque, na reforma do plano de ensino do Imperial Colégio de Pedro*

Quadro 5

Curriculo do Colégio Pedro II - Decreto 4468 de 1870

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	RELIGIÃO E HISTÓRIA SAGRADA; PORTUGUÊS (GRAMÁTICA, ANÁLISE LÓGICA E GRAMATICAL, EXERCÍCIOS DE LEITURA, RECITAÇÃO E ORTOGRAFIA); <b>GEOGRAFIA ELEMENTAR E DESCRITIVA EM GERAL</b> ; ARITMÉTICA ELEMENTAR
2º ANO	PORTUGUÊS (GRAMÁTICA, ANÁLISE LÓGICA E GRAMATICAL, LEITURA DE AUTORES CLÁSSICOS, RECITAÇÃO, EXERCÍCIOS DE REDAÇÃO); LATIM (GRAMÁTICA, TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DE AUTORES LATINOS FÁCEIS, ANÁLISE E TEMAS FÁCEIS); FRANCÊS (GRAMÁTICA, TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DE TEMAS FÁCEIS, ANÁLISE E TEMAS FÁCEIS); CONTINUAÇÃO DE ARITMÉTICA; <b>CONTINUAÇÃO DE GEOGRAFIA, ESPECIALMENTE A DA EUROPA E DA AMÉRICA</b>
3º ANO	PORTUGUÊS (PRELEÇÕES SOBRE A ÍNDOLE DA LÍNGUA, NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE SUA FORMAÇÃO E PROGRESSO, LEITURA DOS CLÁSSICOS, RECITAÇÃO, EXERCÍCIOS DE REDAÇÃO, COMPOSIÇÕES); LATIM (TRADUÇÃO, ANÁLISE E TEMAS); FRANCÊS (TRADUÇÃO, ANÁLISE E TEMAS); <b>CONTINUAÇÃO DA GEOGRAFIA, INCLUÍDA A ANTIGA</b> ; APERFEIÇOAMENTO DE ARITMÉTICA (ÁLGEBRA ATÉ OPERAÇÕES DO PRIMEIRO GRAU INCLUÍDAS)
4º ANO	LATIM (TRADUÇÃO, ANÁLISE E TEMAS MAIS DIFÍCEIS); FRANCÊS (TRADUÇÃO, ANÁLISE E TEMAS MAIS DIFÍCEIS, COMPOSIÇÃO E RECITAÇÃO, NÃO SE FALANDO NA AULA SENÃO NESTA LÍNGUA); INGLÊS (GRAMÁTICA, LEITURA E TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS DE AUTORES INGLESES FÁCEIS, ANÁLISE E TEMAS FÁCEIS); CONTINUAÇÃO DE ÁLGEBRA (EQUAÇÕES DE 2º GRAU, GEOMETRIA PLANA); HISTÓRIA ANTIGA; ZOOLOGIA E BOTÂNICA
5º ANO	LATIM (TRADUÇÃO E ANÁLISE DE AUTORES MAIS DIFÍCEIS, COMPOSIÇÃO DE DISCURSOS E VERSOS LATINOS); INGLÊS (LEITURA, TRADUÇÃO ANÁLISE E TEMAS); GREGO (GRAMÁTICA, TRADUÇÃO, ANÁLISE E TEMAS FÁCEIS); LEITURA E APRECIÇÃO DE CLÁSSICOS FRANCESES E COMPOSIÇÕES, NÃO SE FALANDO EM AULA SENÃO ESTA LÍNGUA
6º ANO	INGLÊS (LEITURA, ANÁLISE E TRADUÇÃO DE AUTORES MAIS DIFÍCEIS, COMPOSIÇÃO E RECITAÇÃO, NÃO SE FALANDO EM AULA SENÃO ESTA LÍNGUA); GREGO (TRADUÇÃO, ANÁLISE E TEMAS); CONTINUAÇÃO DA QUÍMICA, INCLUÍDAS NOÇÕES DE QUÍMICA ORGÂNICA; HISTÓRIA MODERNA; RETÓRICA E POÉTICA (LEITURA E APRECIÇÃO LITERÁRIA DOS MELHORES CLÁSSICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA EXERCÍCIOS DE ESTILO); FILOSOFIA (PSICOLOGIA E LÓGICA); APERFEIÇOAMENTO NAS LÍNGUAS LATINA E FRANCESA POR MEIO DE TRADUÇÃO E APRECIÇÃO LITERÁRIA DE AUTORES CLÁSSICOS E COMPOSIÇÕES
7º ANO	GREGO (TRADUÇÃO E ANÁLISE DE AUTORES MAIS DIFÍCEIS, COMPOSIÇÕES); <b>HISTÓRIA E COROGRAFIA DO BRASIL</b> ; MINERALOGIA E GEOLOGIA; FILOSOFIA (METAFÍSICA E ÉTICA; EXPOSIÇÃO DOS SISTEMAS COMPARADOS DE FILOSOFIA); COSMOGRAFIA; HISTÓRIA DA LITERATURA EM GERAL E ESPECIALMENTE DA PORTUGUESA E NACIONAL, COMPOSIÇÃO DE DISCURSOS E NARRAÇÕES E DECLAMAÇÕES; APERFEIÇOAMENTO NAS LÍNGUAS LATINA, FRANCESA E INGLESA (PRELEÇÕES ELEMENTARES SOBRE A ÍNDOLE, FORMAÇÃO E PROGRESSO DE CADA UMA DAS REFERIDAS LÍNGUAS, ALTERNADAS COM A LEITURA, TRADUÇÃO E APRECIÇÃO LITERÁRIA DE AUTORES CLÁSSICOS)

*II, procurei tornar mais rigoroso o estudo daquelas matérias que tendem a desenvolver o espírito do aluno na idade em que mais facilmente se pode dirigir, e não exigir provas tão severas nas matérias que tendem mais a enriquecer a inteligência do aluno do que a robustecê-la. (apud HAIDAR, 1972, p. 125)*

Dentre as novidades trazidas pela nova reforma, podemos destacar a ênfase dada ao ensino das ciências físicas e naturais, a criação do exame de admissão (artigo 7º), a transformação do primeiro ano em etapa de supressão das lacunas que os alunos traziam do ensino elementar e a criação do sistema de exames finais por disciplina (que seriam realizados em diferentes momentos do curso), modalidade que permitia aos aprovados o ingresso no ensino superior. Desenho, música vocal e ginástica passam a constituir em práticas obrigatórias.

Em 1876, (ver quadro 6) uma nova legislação passa a vigorar. A reforma de José Bento da Cunha Figueiredo pôs fim às matrículas avulsas que serviam apenas para aligeirar os estudos dos “ávidos” e alcançar o ensino superior, porém, para não entrar em choque com estes, o Ministro criou novo mecanismo, qual seja, a transferência para as cinco primeiras séries

de todas as disciplinas que se constituíam em objeto dos exames de preparatórios. Já para os dois últimos anos foram todas as disciplinas que não interessavam para aqueles exames. Afirma Haidar que:

*Tais disposições combinadas com o sistema de exames finais por disciplina, praticamente, reduziam o Colégio de Pedro II a cursos de preparatórios. O título de bacharel em letras e conseqüentemente os dois últimos anos de estudos tornavam-se desnecessários aos que buscavam os cursos superiores: após 5 anos de estudos estariam os jovens alunos do colégio da Côrte em condições de matricular-se em qualquer das Academias do Império, independentemente de novas provas. (1972, p.127)*

A geografia escolar, com esse decreto, seria objeto de novas mudanças no que diz respeito à sua presença no currículo. Seu ensino ficou restrito a duas séries (1º e 3º), além disso, a corografia, agora ensinada pela disciplina Cosmografia e Corografia do Brasil, passou a ser ministrada em um único ano (7º ano).

Durante todo o período imperial, o ensino de geografia manteve-se quase inalterado em suas características principais, tendo sofrido

Quadro 6  
Currículo do Colégio Pedro II - Decreto nº 6130 de 1º de Março de 1876

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	RELIGIÃO E HISTÓRIA SAGRADA; PORTUGUÊS; <b>ELEMENTOS DE GEOGRAFIA</b> E DE ARITMÉTICA
2º ANO	PORTUGUÊS; LATIM; FRANCÊS
3º ANO	LATIM; FRANCÊS; <b>GEOGRAFIA</b>
4º ANO	LATIM; FILOSOFIA; HISTÓRIA ANTIGA E MÉDIA; ARITMÉTICA E ÁLGEBRA
5º ANO	HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA; GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA; INGLÊS; RETÓRICA E POÉTICA
6º ANO	FÍSICA E QUÍMICA; <b>COSMOGRAFIA E COROGRAFIA DO BRASIL</b> ; GREGO; ALEMÃO
7º ANO	HISTÓRIA DO BRASIL; GREGO; ALEMÃO; HISTÓRIA NATURAL; LITERATURA NACIONAL

poucas mudanças no que diz respeito ao conteúdo ensinado ou mesmo na forma de se ensinar. Praticou-se durante todo o período a geografia escolar de nítida orientação clássica, ou seja, a geografia descritiva, mnemônica, enciclopédica, distante da realidade do aluno. Tais características, entretanto, começariam a sofrer profundos questionamentos a partir do fim do século XIX.

Novas propostas lentamente começam a emergir. Não propostas endógenas de geografia escolar, mas ainda modeladas conforme as transformações sofridas pelo ensino desta disciplina no exterior. Marco dos questionamentos acerca do ensino de geografia que vinha sendo praticado nas escolas brasileiras, a reforma educacional implementada por Leôncio de Carvalho em 1878 desencadeou profundas críticas acerca da organização, funcionamento e prática do ensino existente no Brasil, críticas estas muito bem sintetizadas nos pareceres de Ruy Barbosa.

#### **QUANDO O ENSINO DE GEOGRAFIA PASSA SER OBJETO DE QUESTIONAMENTO: AS CRÍTICAS FEITAS NOS PARECERES DE RUY BARBOSA**

Novas propostas lentamente começam a emergir. Não propostas endógenas de geografia escolar, mas ainda modeladas conforme as transformações sofridas pelo ensino desta disciplina no exterior. Marco dos questionamentos acerca do ensino de geografia que vinha sendo praticado nas escolas brasileiras, a reforma educacional implementada por Leôncio de Carvalho em 1878 desencadeou profundas críticas acerca da organização, funcionamento e prática do ensino existente no Brasil, críticas estas muito bem sintetizadas nos pareceres de Ruy Barbosa.

Durante um largo período de existência da geografia escolar brasileira, foi bastante comum entre os professores desta disciplina, a prática da legitimação de saberes assentados numa concepção clássica de geografia, ou que dela se

aproximasse.

Nas últimas décadas do século XIX, porém, este estado de coisa começa a ser abalado. A geografia escolar até então praticada torna-se objeto de questionamentos não só no que diz respeito aos seus conteúdos, mas também (e sobretudo) em relação aos métodos de ensino adotados por seus professores.

Na esfera oficial, tal realidade torna-se mais explícita quando da concepção dos famosos pareceres legislativos sobre a reforma educacional decretada por Leôncio de Carvalho, elaborados que foram por Ruy Barbosa, em 1882, (ele era então Deputado pela Bahia na Assembleia Geral) quando de sua função de relator da Comissão de Instrução da Câmara.

Em 1878, assumia o governo brasileiro o Gabinete Liberal presidido por Cansanção de Sinimbu. Para a pasta de Negócios do Império, ministério que na época era responsável também pelos assuntos ligados à educação, foi nomeado o professor Carlos Leôncio de Carvalho, conhecido que era pela defesa do ensino livre, ideia que norteou suas ações no campo educacional. A principal característica das orientações dadas à educação, por este ministro, foi a tentativa de implantação dos princípios liberais que perpassaram as leis educacionais por ele implantadas.

Em 20 de abril de 1878, entrava em vigor o Decreto nº 6884 que reformava o currículo do Imperial Colégio de Pedro II. As características mais marcantes neste decreto foram: ampliação dos estudos literários (acrescentou o italiano entre as línguas a serem aprendidas pelos alunos); supervalorização do preparo científico dos alunos (inclusive dotando o colégio de materiais didáticos que contribuíssem para uma maior praticidade e objetividade no ensino das ciências); restauração das matrículas avulsas no Colégio (estabelecidas em 1855, estimuladas na reforma de 1870, tais matrículas permitiam que os alunos deixassem o curso secundário sistemático, e de forma mais rápida concluíssem este grau de ensino, podendo ingressar normalmente nos cursos superiores); e, a de maior impacto, a liberdade de frequência,

isto é, permitia que qualquer pessoa, mesmo sem ter cursado as aulas, se submetesse aos exames vagos de qualquer ou de todas as disciplinas, quantas vezes fosse necessário, já que a frequência não seria mais exigida. Para se tornar mais atrativo ainda, a legislação permitia que, mesmo sem frequentar as aulas, somente com a aprovação nos testes, os “alunos” recebessem o grau de “bacharel em letras”.

Nos novos estatutos prescritos por este decreto, o ensino de geografia foi deslocado para o primeiro e segundo anos do curso, voltando a corografia a ser ensinada pela disciplina história e corografia do Brasil.

Em 1878 Carlos Leôncio de Carvalho promovia nova reforma no ensino ministrado no Colégio Pedro II, através do Decreto nº 6884, de 20 de abril (ver quadro 7). Esta reforma acabou com o caráter suplementar imposto ao primeiro ano do curso secundário pela reforma de 1862 e mantida pela de 1876, redistribuiu as disciplinas pelas sete séries, ampliou os estudos literários, incluindo o italiano como mais uma língua a ser obrigatória no currículo daquele colégio, bem como deu maior atenção ao preparo científico dos alunos.

A questão mais polêmica desta reforma, porém, estava nos seus artigos 17º e 18º que autorizavam a liberdade de frequência, assim

sendo, qualquer aluno poderia se submeter à realização de exames vagos em qualquer disciplina e, caso obtivesse aprovação plena em todas as matérias, receberia o grau de bacharel em letras. Para Haidar, este foi o “tiro de misericórdia” dado no ensino secundário seriado existente no período imperial.

*A torrente avassaladora dos estudos avulsos, incessantemente alimentada pelos exames parcelados de preparatórios, conseguiu abalar o mais forte reduto dos estudos secundários organizados e regulares. O Colégio de Pedro II rendia-se à desorganização geral. (HAIDAR, 1972, p. 129)*

Em 19 de abril de 1879, novo Decreto (nº 7247) foi baixado por Leôncio de Carvalho, agora com o fim de normalizar o ensino primário e secundário no Município da Corte, os exames de preparatórios, além de reformar o ensino superior em todo o país.

Gonçalves (1994) nos esclarece que o ministro optou por baixar um Decreto em detrimento da tramitação usual, que exigiria o encaminhamento de projeto ao legislativo para as necessárias discussões e deliberações. Leôncio de Carvalho tinha pressa e quis evitar as prolongadas discussões e o surgimento de impasses. Em

Quadro 7

*Curriculo do Colégio Pedro II - Decreto nº 6884 de 20 de Abril de 1878*

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	RELIGIÃO E HISTÓRIA SAGRADA; PORTUGUÊS; <b>ELEMENTOS DE GEOGRAFIA</b> E DE ARITMÉTICA
2º ANO	PORTUGUÊS; LATIM; FRANCÊS
3º ANO	LATIM; FRANCÊS; <b>GEOGRAFIA</b>
4º ANO	LATIM; FILOSOFIA; HISTÓRIA ANTIGA E MÉDIA; ARITMÉTICA E ÁLGEBRA
5º ANO	HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA; GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA; INGLÊS; RETÓRICA E POÉTICA
6º ANO	FÍSICA E QUÍMICA; <b>COSMOGRAFIA E COROGRAFIA DO BRASIL</b> ; GREGO; ALEMÃO
7º ANO	HISTÓRIA DO BRASIL; GREGO; ALEMÃO; HISTÓRIA NATURAL; LITERATURA NACIONAL

consequência do procedimento legal adotado, só pôde entrar em vigor, imediatamente, os itens que não provocassem aumento de despesas (assunto de competência do legislativo). Em consequência das discordâncias que eles suscitaram, efêmeras foram suas vigências.

Como estava determinado pela lei, o Decreto foi levado à apreciação do Legislativo, e, em consequência, encaminhado à comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, para que lá fosse elaborado um parecer que servisse de subsídio para as discussões que seriam realizadas naquela casa. O parecer elaborado pelos membros da comissão, cujo relator era o Deputado Ruy Barbosa, se fez acompanhar de um Projeto Substitutivo ao Decreto analisado. Gonçalves (1994) afirma que a singularidade destes pareceres frente aos demais realizados anteriormente, estava no olhar enciclopédico, ilustrado de Ruy, que sempre investigou os problemas brasileiros com referencial europeu e norte-americano.

Na parte do parecer dedicada à disciplina geografia, Ruy Barbosa deixa bem clara a sua opinião sobre a importância da presença desta disciplina nos currículos escolares. Concorda ele com o representante da Bélgica na exposição universal realizada na Filadélfia, em 1876, quando aquele afirma que a geografia deve fazer parte do programa obrigatório das escolas em todos os países civilizados. Dessa forma, evidentemente, não poderia ela ser excluída de nossas escolas, pois uma das grandes preocupações de Ruy Barbosa era colocar o Brasil em pé de igualdade com os países mais desenvolvidos.

Lembra Barbosa que tanto Kant quanto Locke eram da opinião que a instrução das crianças deveria iniciar pela aprendizagem da geografia. Por conta disso, defende que seja dado largo espaço para esta disciplina numa reorganização dos programas escolares sob base científica, como a que estava sendo proposta nos pareceres. Citando Herder, afirma que *“Acusar de aridez o estudo da geografia, o mesmo é que argüir de segura o oceano. Grande assombro seria o meu, se um menino bem dotado não a*

*ficasse amando acima de todas as outras ciências, desde que lha mostrassem sob a forma que lhe é própria.”* (BARBOSA, 1946, p. 293).

Propôs também em seu parecer, o ensino da geografia escolar assentado na geografia científica e nos métodos modernos de ensino. Em sua opinião, esta disciplina sob tais bases, se constituía, *“[...] hoje mais do que nunca, um elemento essencial da educação comum. Em importância só se lhe avanta a leitura, a escrita e a aritmética rudimentar”* (BARBOSA, 1946, p. 293).

Propõe ele a adoção dos métodos modernos no ensino da geografia escolar. Defendeu a aplicação dos processos intuitivos, apontando a pedagogia de Pestalozzi como grande responsável pelas melhoras qualitativas vividas por esta disciplina em outros países. A exemplo das geografias escolares dos demais países por ele citado, opina o parecerista que a geografia escolar brasileira deveria partir da realidade próxima.

Para este autor, defensor dos princípios da ciência moderna então emergente, o ensino de geografia deveria seguir o método racional preconizado pelo positivismo. Por conta disso, deveriam ser banidas de forma absoluta as definições abstratas e, a priori, a realidade, ou a sua imagem concreta, sensível, nítida, exata, deveria ser, de forma incontestada, a fonte exclusiva de toda a cultura geográfica.

Concluindo sua análise acerca da geografia escolar, apresentou aquele autor as seguintes sugestões que poderiam subsidiar as reformas que se faziam necessárias no ensino desta disciplina:

1. O curso de geografia há de partir da lição de coisas, e cingir-se, quanto se possa, estritamente aos processos do ensino pelo aspecto;
2. a descrição da terra começará pelo estudo topográfico da escola, seguindo pela topografia da cidade; tudo mediante exercícios na pedra e cartas apropriadas;

3. desde o primeiro grau da aula de primeiras letras se dará princípios aos trabalhos de cartografia, que receberão, na escola, em todo o seu curso, o mais amplo desenvolvimento, habilitando os meninos a desenharem de memória o mapa das várias partes da terra;

4. os livros clássicos, nesta secção do programa, tomarão por tipo as obras americanas deste gênero;

5. cada escola será provida do indispensável material técnico: cartas mudas e expressivas, relevos (não em globos), esferas hipsométricas, esferas ardosiadas e, quando se possa, um planetário;

6. as noções de cosmografia serão dadas, igualmente mediante observações e exemplificações concretas.

Os pareceres, apesar de todo o esforço despendido em suas elaborações, não chegaram a ser apreciados pela Câmara, porque muito demorou suas impressões na Tipografia Nacional. No período final do Império brasileiro, o ensino de geografia manteve-se com as mesmas características que foram objeto das críticas presentes nos pareceres. Devemos salientar, porém, que a hegemonia da velha geografia escolar, que no Brasil ainda era ensinada, iniciara, a partir daquele momento, seu ocaso.

## O ENSINO DE GEOGRAFIA NO FIM DO IMPÉRIO

As mudanças que se dão no interior de uma disciplina escolar não raramente são gestadas em meio aos conflitos de ordem teóricos e metodológicos. Tal afirmativa pode ser nitidamente verificada no caso da geografia escolar brasileira a partir das últimas décadas do século XIX. A título de exemplo, podemos recorrer aos debates verificados quando do Congresso da Instrução, realizado no Rio de Janeiro em 1883.

Dentre os vários assuntos postos em pauta, discutiu-se sobre os métodos e programas

de ensino presentes nas escolas primárias e secundárias brasileiras. Januário dos Santos Sabino, um dos relatores da 6ª questão se referiu ao ensino de geografia, apresentando a seguinte proposta:

*Geographia do Brasil - Estudo da localidade em que estiver a escola: rua, quarteirão, freguesia, município. Orientação: valles, montes, rios, lagôas, que existirem nos arredores da escola. Com o fim de preparar o alumno para o estudo da geographia, o professor, procedendo sempre da observação, traçará no quadro preto em primeiro logar o plano da escola, depois o da rua até o do município, e praticará com elle acerca dos principaes habitantes, edificios, lavoura, commercio e industria da localidade. Na explicação dos termos geographicos, montes, valles, rios, lagos, etc., o professor baseará as lições na observação, já mostrando os montes, rios, etc., que existirem nas proximidades da escola, já referindo-se áquelles que o alumno tiver visto. (SABINO apud ISSLER, 1973, p. 72)*

Posto em comparação com a geografia escolar então praticada, percebemos uma preocupação por parte do autor com uma aprendizagem ativa, bastante semelhante ao modelo proposto por Pestalozzi. Subjacente na proposta está a implementação, nas escolas brasileiras, de uma geografia de cunho positivista, da geografia moderna de caráter cientificista, em detrimento, da geografia meramente descritiva e mnemônica tão usual naqueles tempos.

Vindo ao encontro de nossa opinião acerca dos conflitos teórico-metodológicos que estavam se dando em torno do ensino de geografia no Brasil nos fins do século XIX, Bernardo Issler assim se manifesta em relação à proposta de Januário Sabino e a realidade preponderante entre a maioria dos demais professores desta disciplina:

*Eis aí outro documento a acentuar a grande distância entre a precariedade da situação*

*escolar e a posição de vanguarda, quase utópica, pretendida pelo relator. [...] É o exemplo de uma posição renovadora em educação, pretendia, acreditamos honestamente, pelo relator. Porém se fosse aplicada, não teria condições de obter sucesso pois, a um programa assim concebido, são imprescindíveis professores com boa formação normalista, entre outras. [...] O parecer de Januário dos Santos Sabino, conquanto atualizado e lúcido do papel fundamental reservado à Geografia na escola primária, foi precoce face as contingências gerais. (1973, p. 72-73)*

Em nível de legislação, propriamente dita, durante todo o período imperial, o ensino de geografia manteve-se quase que totalmente inalterado. Tanto metodologias quanto conteúdos programáticos permaneceram imutáveis no currículo prescrito oficialmente por décadas seguidas. No máximo, as diferentes legislações voltadas para dar organização ao ensino do Imperial Colégio de Pedro II promoveram algumas mudanças superficiais a fim de melhor reordenar o programa de ensino dando-lhe uma feição mais coerente.

Na última reforma sofrida pelos estatutos

do Colégio, ainda no império, a única alteração verificada, no que tange à geografia escolar, foi a nova distribuição desta disciplina pelas séries do ensino secundário, conforme o constante no corpo do decreto de nº 8051 de 25 de março de 1881 (Reforma do curso de estudos do Colégio Pedro II), de autoria do Barão Homem de Mello (ver quadro 8). Esta reforma manteve os exames vagos, as matrículas avulsas e os exames finais por disciplina além de restaurar o primeiro ano suplementar extinto por Leôncio de Carvalho. A única novidade trazida pela nova legislação foi o fato da língua portuguesa ter passado a ser ensinada em todas as séries do ensino secundário. Podemos afirmar que ela manteve inalterado o estado de desorganização que caracterizava nos fins do século XIX o Imperial Colégio de Pedro II, referência para todo o ensino secundário brasileiro.

Neste decreto, podemos observar que, a fim de tornar mais explícito os conteúdos a ser trabalhados nas séries em que se fazia presente a disciplina geografia, ficou estabelecido que no primeiro ano fossem ensinadas noções de geografia, no terceiro ano geografia física e no quarto ano geografia e cosmografia. Corografia e História do Brasil mantinham-se no sétimo ano. Findo o período imperial, a triste constatação

Quadro 8

*Curriculo do Colégio Pedro II - Decreto nº8051 de 25 de Março de 1881*

ANO ESCOLAR	COMPONENTES CURRICULARES
1º ANO	HISTÓRIA SAGRADA; PORTUGUÊS; <b>NOÇÕES DE GEOGRAFIA</b> ; ARITMÉTICA E NOMENCLATURA GEOMÉTRICA
2º ANO	PORTUGUÊS; FRANCÊS; LATIM; MATEMÁTICAS ELEMENTARES
3º ANO	PORTUGUÊS; FRANCÊS; LATIM; <b>GEOGRAFIA FÍSICA</b> ; MATEMÁTICAS ELEMENTARES; ARITMÉTICA E ÁLGEBRA
4º ANO	PORTUGUÊS; INGLÊS; LATIM; <b>GEOGRAFIA E COSMOGRAFIA</b> ; MATEMÁTICAS ELEMENTARES (GEOMETRIA PLANA E DO ESPAÇO E TRIGONOMETRIA RETILÍNEA)
5º ANO	PORTUGUÊS; INGLÊS; LATIM; HISTÓRIA GERAL; FÍSICA E QUÍMICA
6º ANO	ALEMÃO; GREGO; HISTÓRIA NATURAL E HIGIENE; RETÓRICA, POÉTICA E LITERATURA NACIONAL; FILOSOFIA
7º ANO	ITALIANO; ALEMÃO; GREGO; PORTUGUÊS E HISTÓRIA LITERÁRIA; FILOSOFIA; <b>COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL</b>

é a de que as propostas inovadoras de Ruy Barbosa e Januário Sabino ficaram ao largo das salas de aulas, o que bem demonstra a vitória do conservadorismo, fato que iria se estender

ainda pelas primeiras décadas do novo regime (republicano) que se implantara no país.

No último programa prescrito (ver quadro 9), ainda no antigo regime político, para o ensino

Quadro 9

COMPONENTE CURRICULAR	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA
<b>GEOGRAPHIA</b>	1- TERRA, SUA SUPERFICIE, SEUS MOVIMENTOS, PRINCIPAIS CIRCULOS QUE NELLA SE TRAÇAM PARA LOCALIZAR AS TERRAS E DETERMINAR AS ZONAS THERMAES. 2- DIVISÃO DAS TERRAS E DO OCEANO. 3- CLIMA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS VEGETAES E ANIMAES PELA SUPERFICIE DA TERRA. DAS CINCO GRANDES DIVISÕES DAS TERRAS: 4- MARES, GOLFOS, ESTREITOS, SEUS ACCIDENTES PHYSICOS. 5- ILHAS, SEUS ACCIDENTES PHYSICOS. 6- LAGOS, RIOS, LAGUNAS, SEUS LIMITES, SUAS DIMENSÕES E POSIÇÕES. 7- POPULAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA. GOVERNO E SUAS PRINCIPAES FORMAS. CONFEDERAÇÃO. ESTADOS SOBERANOS E MEIO SOBERANOS. 8- DIVISÃO DOS POVOS SEGUNDO SEU DESENVOLVIMENTO MORAL E SUAS RAÇAS. DOS PRINCIPAES PAÍZES DO GLOBO: 9- POSIÇÃO, LIMITES, SUPERFÍCIE. 10- POPULAÇÃO, GOVERNO, RELIGIÃO. 11- DIVISÃO, ASPECTO E CLIMA. 12- PRODUÇÃO, COMMERCIO E INDUSTRIA; IMPORTANCIA POLITICA. 13- CIDADES PRINCIPAES.	DAR-SE-HA MAIS DESENVOLVIMENTO AO QUE DISSER RESPEITO A AMÉRICA E PRINCIPALMENTE A MERIDIONAL. EXAME INTUITIVO DE MAPPAS MURAES; DESENHO NO QUADRO PRETO DOS PORMENORES GEOGRAPHICOS QUE ABRANGER CADA PONTO; VIAGENS SIMULADAS PARA DIFERENTES PARTES, EM QUE OS EXAMINANDOS INDIQUEM OS ACIDENTES PHYSICOS QUE PODEM ENCONTRAR E AS CURIOSIDADES NATURAES OU ARTISTICAS NOTÁVEIS.
<b>COSMOGRAFIA</b>	1- UNIVERSO. ASTROS, SUA DIVISÃO E AGLOMERAÇÃO EM GRANDES GRUPOS OU NEBULOSAS. 2- ESTRELLAS, PLANETAS, COMETAS, ESTRELLAS CADENTES, BOLIDOS E AEROLITHOS. 3- SYSTEMA DE PTOLOMEU E DE COPERNICO. 4- LEIS DE KEPLER. 5- ATTRAÇÃO E REPULSÃO. 6- FIGURA, ROTAÇÃO E REVOLUÇÃO DA TERRA. 7- CÍRCULOS DA ESPHERA. 8- ESTAÇÕES. 9- POSIÇÕES DA ESPHERA E DIAS. 10- LUA. 11- ECLIPSES.	USO DE ESPHERAS, PROBLEMAS.
<b>CHOROGRAPHIA DO BRAZIL</b>	1- LIMITES DO BRAZIL E SUA POSIÇÃO ASTRONOMICA. 2- ETHNOGRAPHIA E CLIMA DO BRAZIL. 3- ILHAS, ESTREITOS E CABOS PRINCIPAES DO BRAZIL. 4- BAHÍAS E PORTOS DO BRAZIL. 5- SYSTEMA OROGRAPHICO BRAZILEIRO. - SYSTEMA HIDROGRAPHICO BRAZILEIRO. 7- PRODUÇÕES NATURAES DO BRAZIL.	

- 8- INDUSTRIA, AGRICULTURA, COMMERCIO E PROGRESSO MATERIAL DO PAIZ.
- 9- SYSTEMA DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO (MILITAR, JUDICIARIO E ECLESIASTICO).
- 10- INSTITUIÇÕES E ESTATISTICA.
- 11- SYNOPSE DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPERIO E CÓDIGO CRIMINAL.
- 12- COLONIZAÇÃO E CATECHESE.
- 13- PROVINCIA DO AMAZONAS.
- 14- PROVINCIA DO GRÃO PARÁ.
- 15- PROVINCIA DO MARANHÃO.
- 16- PROVINCIA DO PIAUHY.
- 17- PROVINCIA DO CEARÁ.
- 18- PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE.
- 19- PROVINCIA DA PARAHYBA.
- 20- PROVINCIA DE PERNAMBUCO.
- 21- PROVINCIA DAS ALAGOAS.
- 22- PROVINCIA DE SERGIPE.
- 23- PROVINCIA DA BAHIA.
- 24- PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO.
- 25- MUNICIPIO NEUTRO.
- 26- PROVINCIA DE SÃO PAULO.
- 27- PROVINCIA DO PARANA.
- 28- PROVINCIA DE SANTA CATHARINA.
- 29- PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL.
- 30- PROVINCIA DE MINAS GERAES.
- 31- PROVINCIA DE GOYAZ.
- 32- PROVINCIA DE MATO GROSSO.

secundário ministrado pelo Imperial Colégio de Pedro II, e que também seria utilizado para a realização dos exames gerais de preparatórios (datado de 1887), fica bastante clara a veracidade de nossa afirmação anterior, como podemos perceber: Permaneceu oficializado, como pudemos verificar, a visão enciclopédica, mnemônica, a-científica e descritiva, reflexo do ensino assentado na nomenclatura geográfica. Seria somente na segunda década do século XX, que substanciais mudanças ocorreriam com a geografia escolar brasileira.

## CONCLUSÃO

O ensino da geografia escolar no Brasil não teve no Colégio Pedro II o seu berço, porém foi neste estabelecimento de ensino, por intermédio de seus regulamentos, que ocorreu a sua institucionalização e consolidação enquanto componente curricular obrigatório no Brasil.

Através das prescrições legais implementadas durante o período imperial para o Colégio Pedro II, foi sendo moldado o ensino de geografia, tornado gradativamente “tradição”, na acepção de Hobsbawm. Durante todo o período imperial, o ensino de geografia manteve-se quase que totalmente inalterado. Tanto metodologias quanto conteúdos programáticos permaneceram imutáveis no currículo prescrito oficialmente por décadas seguidas. No máximo, as diferentes legislações voltadas para dar organização ao ensino do Imperial Colégio de Pedro II promoveram algumas mudanças superficiais a fim de melhor reordenar o programa de ensino dando-lhe uma feição mais coerente.

Durante o Século XIX, no Colégio Pedro II, legitimou-se uma geografia nomenclatura, puramente mnemônica, abstrata posto distante da realidade dos alunos, em si rotineira e mecânica, verdadeiramente inútil e embrutecedora. Tornado paradigma do ensino nacional, as prescrições

para o Colégio foram seguidas nos Liceus das Províncias. Os livros nele adotados também o eram tornados oficiais em todo o país.

A negação ao modelo de geografia implementado e mantido no Brasil durante todo o período imperial, só passou a sofrer críticas oficiais quando as ideias científicas, fundamentadas no positivismo, ganharam adeptos em uma nação que se quis moderna. Somente em fins do XIX é que debates oficiais se deram em torno da proposta de se implantar nas salas de aulas brasileiras a chamada geografia moderna, paradigma então emergente no seio da ciência geografia e que, segundo a historiografia hoje existente, só viria se manifestar no Brasil nos anos 20 do século passado.

instrumento da liberdade, igualdade e fonte de moralidade pública, da prosperidade do Estado e do progresso da humanidade. Os estudos científicos eram muito mais valorizados do que os literários; a direção geral do ensino era unificada. Como afirma Chizzotti “O plano de Condorcet atendia aos ideais revolucionários que procurava dar à França um vasto sistema de ensino popular que servisse a todos os cidadãos” (1975, p. 58).

## NOTAS

<sup>1</sup> Na verdade estes Liceus provinciais nada mais eram do que aulas avulsas que foram postas para funcionar em um mesmo prédio, sem um mínimo de organicidade.

<sup>2</sup> Capel nos mostra que por conta do imenso fascínio despertado pelos conhecimentos geográficos “Revistas como el ‘Journal de Voyages’ creada por Malte Brun en 1808, ‘La Tour du Monde’ o ‘lectures Geographiques’ facilitaban al gran público ilustrado información sobre países exóticos, y sobre los progresos de la colonización europea. Obras monumentales de geografía universal, como la del danés afincado en Francia, Malte-Brun, Précis de Géographie Universelle (1810-1829), o la del italiano Adriano Balbi significaban importantes esfuerzos de sistematización de los conocimientos geográficos de los países de la Tierra” (1988, p. 111).

<sup>3</sup> Quando da criação do Colégio Pedro II, vivia a França um processo reacionário instaurado pelo Consulado e pelo Império (Governo de Napoleão Bonaparte). No campo educacional, a lei de 1º de maio de 1802 reduziu o ensino primário a mera escola de “ler, escrever e contar”, além de que este nível de ensino passará a ser de total responsabilidade das comunas. No que diz respeito ao ensino secundário, foi restaurado o ensino das letras clássicas, passando as ciências a terem apenas papel secundário. Somente para que possamos comparar com o período anterior vivido pela educação daquele país, as tendências realistas da educação revolucionária, propunham, sobretudo no plano do Marques de Condorcet, a educação como dever do Estado, sendo ela apontada como um

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. R. P. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)** - história e legislação. São Paulo: EDUC/INEP, 1989.
- BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da educação pública. In: **Obras Completas de Rui Barbosa**. Vol. X, Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- BROC, Numa. L'établissement de la géographie en France: diffusion, institutions, projets (1870-1890). **Annales de géographie**, Paris, n. 459, p. 545-568, 1974.
- CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. 3ª ed. Barcelona: Barcanova, 1988.
- CHIZZOTTI, Antonio. **As origens da instrução pública no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1975.
- GONÇALVES, V. T. V. **O liberalismo demiurgo - estudo sobre a reforma educacional projetada nos pareceres de Rui Barbosa**. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994
- Haidar, Maria de Lourdes M. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: EDUSP / Grijalbo, 1972.
- ISSLER, Bernardo. **A geografia e os estudos sociais**. 253f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1973.
- PALÁCIOS, S. L. Q. **Geografía y educación pública en los orígenes del territorio y la nación (Argentina, 1863-1890)**. Tesis (Licenciatura en Geografía)-Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1992.
- ROCHA, Genylton O. R. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1838-1942)**. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SANTOS, Lucíola L.C.P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. **Rev. Teoria e Educação** (Porto Alegre), n. 2, 1990.
- \_\_\_\_\_. História das disciplinas escolares: outras perspectivas de análise. ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 6., 1994, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Cegraf-UFG, 1994, p.158-165.
- SEGISMUNDO, Fernando. **Excelências do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

- BRASIL. Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições.
- \_\_\_\_\_. Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Regulamento nº 62 de 1º de fevereiro de 1841. Altera algumas das disposições do Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838, que contém os Estatutos do Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova regulamento para reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 1.556 de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o regulamento do Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 2.006 de 24 de outubro de 1857. Aprova o regulamento para os colégios públicos de instrução secundária do Município da Côrte.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 2.883 de 1º de fevereiro de 1862. Altera os regulamentos relativos ao curso de estudos do Imperial Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 4.468 de 1º de fevereiro de 1870. Altera os regulamentos relativos ao Imperial Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 6.130 de 1 de março de 1876. Altera os regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 8.051 de 25 de março de 1881. Altera os regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890. Aprova o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 1.075 de 22 de novembro de 1890. Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional.